A Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas, instituída pela Lei 15.292, de 8 de janeiro de 2014 baseia-se na execução de programas e ações de inteligência e articulação entre órgãos públicos e unidades policiais na investigação das circunstâncias do desaparecimento, até a definitiva solução; o apoio e o empenho do poder público à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico voltados às análises que auxiliem e contribuam para a elucidação de todos os fatos, até a localização da pessoa; a participação dos órgãos públicos, assim como da sociedade civil, na formulação, definição e controle das medidas.

A Política Estadual também teve o condão de prezenizar e atribuir maior robustez ao Programa “São Paulo em Busca das Crianças e dos Adolescentes Desaparecidos” criado em 2012 (Dec. Estadual 58.074, de 25-05-2012).

Em um Estado com dimensões geográficas de um país como o Estado de São Paulo a articulação entre os órgãos da administração pública e entidades mostra-se cada vez mais necessária na prevenção ao desaparecimento de pessoas, em especial crianças e adolescentes que em situação de desaparecimento se tornam ainda mais vulneráveis a casos de violência.

Com o fito de gerar dados e institucionalizar uma política pública de segurança para as pessoas com deficiência, em 2013 foi criado o Programa de Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiências (Decreto estadual 59.316, de 21-06-2013), que culminou na criação da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência (Dec. Decreto estadual 60.028, de 03-01-2014).

Sabe-se que o trabalho de pesquisa e prevenção ao desaparecimento de crianças e adolescentes, em especial com deficiência, é longo e de extrema importância em nosso Estado.

Assim, pautada na criação de uma Delegacia específica para casos de violência contra a pessoa com deficiência, com capacidade para levantar e gerenciar os dados necessários a esta pesquisa e fazendo uso da expertise do Projeto Caminho de Volta Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo foi criada por meio da Resolução SEDPCD 09, de 18-09-2018 a Comissão de Pesquisa e Prevenção ao desaparecimento de crianças e adolescentes com deficiência e monitoramento de Políticas Públicas que propõe o presente plano de trabalho para conduzir as atividades.

Outrossim, conforme previsto na Resolução mencionada além do apoio do Centro de Apoio à Delegacia, a Comissão contará com o apoio do Centro de Tecnologia e Inovação.

2 OBJETIVO

A Comissão de Pesquisa e Prevenção ao desaparecimento de crianças e adolescentes com deficiência e monitoramento de Políticas Públicas tem por objetivo desenvolver atividades e ações de pesquisa sobre os dados de crianças e adolescentes com deficiência desaparecidos, além de prevenir novos casos por meio de capacitação e articulação com os demais segmentos da sociedade.

As ações da Comissão têm o condão de contribuir para a identificação dos desaparecidos e criar mecanismos de busca para as entidades policiais, fazendo uso de tecnologia e inovação.

3 AÇÕES A SEREM REALIZADAS

As ações serão desenvolvidas em 3 vertentes:

- Pesquisa

a. Busca pelo conhecimento e levantamento de dados para a formação de um banco de DNA, objetivando criar mecanismos de prevenção ao desaparecimento de crianças e adolescentes e com deficiência;

b. Busca pelo conhecimento para migração multidisciplinar e conjunta de dados genéticos (banco de DNA) e biométricos (banco de faces), objetivando explorar associações entre diferenças genéticas e faciais que ajudem na reconstrução de características fisionômicas de crianças e adolescentes, e com deficiência, desaparecidos;

- Prevenção

a. Divulgação dos trabalhos da Comissão e dos dados apurados junto ao Centro de Apoio;

b. Campanhas junto aos pais, atendentes, equipes do Centro de Tecnologia e Inovação e Centro de Apoio;

c. Realização de palestras de esclarecimento e conscientização do desaparecimento e violência direcionadas a profissionais da área, familiares e cuidadores

- Monitoramento de Política Públicas

a. Capacitação da equipe do Centro de Apoio e da 1ª Delegacia da Pessoa com Deficiência a respeito das especificidades do desaparecimento de crianças e adolescentes com deficiência;

b. Realização de capacitações periódicas de outros agentes públicos;

c. Auxílio na criação de novos protocolos e/ou rotinas de atendimento

d. Utilização da metodologia já criada pelo Projeto Caminho de Volta no atendimento de familiares de crianças e adolescentes desaparecidos, na formatação do banco de dados e na manutenção de Bancos de DNA

4 PRAZO DE VIGÊNCIA

24 meses

Educação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SE 86, de 21-12-2018

Dispõe sobre providências a serem adotadas pelas Diretorias de Ensino no Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para Atendimento do Ensino Fundamental

O Secretário da Educação, com fundamento no disposto no Decreto 51.673, de 19-03-2007, Resolve:

Artigo 1º - Compete ao Dirigente Regional de Ensino em cumprimento aos objetivos do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para atendimento do Ensino Fundamental, preparar, organizar e encaminhar ao Titular da Pasta da Educação, por intermédio da Chefia de Gabinete, os expedientes para regularização domínial dos imóveis que tiveram o ensino municipalizado e que agora estão sob a posse da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único - Para fins de agilização dos procedimentos, ficam autorizadas as Diretorias de Ensino, após a publicação da Resolução das Unidades Escolares que tiveram o Ensino Municipalizado, a proceder a autuação individual dos processos correspondentes, para regularização domínial, providenciando sua instrução conforme orientações do Departamento de Administração através do Centro de Patrimônio, exceto no caso de uso compartilhado do prédio.

Artigo 2º - Caberá ao Dirigente Regional de Ensino adotar os seguintes procedimentos enquanto se processam as providências de que trata o artigo anterior:

I - assinar com o Prefeito Municipal o Termo de Permissão de Uso de bens móveis de propriedade do estado, que se encontravam em prédios escolares e que estarão sob a posse da

Prefeitura Municipal, observado o estabelecido no Anexo I, que integra esta resolução;

II - assinar com o Prefeito Municipal Termo de Compromisso de Ocupação, Guarda, Conservação e Manutenção de Prédios Escolares, anteriormente utilizado pelo Estado, bem como de responsabilização pelas despesas de manutenção e conservação e pagamento de taxas que recaiam ou venham a recair sobre os imóveis e despesas de utilidade pública, observado o estabelecido no Anexo II, que integra esta resolução.

§ 1º - A Diretoria de Ensino fica responsável em efetuar a inclusão no SIAfem/SIAfísico da Nota de Lançamento para desincorporar por qualquer circunstância os bens moveis e imóveis na forma de controle contábil dos bens sob guarda da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Em relação às linhas telefônicas, as mesmas deverão ser transferidas à Prefeitura Municipal, desde que demonstrado interesse na transferência.

Artigo 3º - As Coordenadorias e o Departamento de Administração poderão baixar normas complementares à presente Resolução.

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução SE 139, de 19-09-1997.

ANEXO I

PROGRAMA DE AÇÃO DE PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE MOBILIÁRIO, MATERIAIS DIDÁTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO E DE TELECOMUNICAÇÕES.

De acordo com os objetivos do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para o Atendimento do Ensino Fundamental, instituído pelo Decreto Estadual 51.673, de 19-03-2007, e nos termos da Resolução SE nº _____, de _____ de _____, coloco à disposição do Município de _____ representado neste Ato pelo(a) Prefeito (a) Senhor (a) _____,

o mobiliário, os materiais didáticos, os equipamentos de informática, áudio, vídeo e de telecomunicações, devidamente detalhados e arrolados em anexo, integrantes a este Termo, cuja guarda, manutenção e conservação ficam sob a responsabilidade do Município permissionário.

O compromitente declara expressamente ter ciência de ser, a Permissão de Uso dos bens móveis identificados no anexo acima mencionado, a título precário e sem quaisquer ônus para o Estado e estar condicionada a sua utilização para apoio das atividades educacionais das Escolas do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o Atendimento do Ensino Fundamental e, em caso de devolução, a Prefeitura Municipal deverá entregar à Diretoria de Ensino, os bens em bom estado de conservação e funcionamento, salvo o desgaste natural de seu uso regular, e que fica assegurado ao Estado a titularidade da(s) linha(s) telefônicas. Município _____ de ____ de _____ de ____.

Prefeito (a) Municipal Dirigente Regional de Ensino Testemunhas: _____

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE OCUPAÇÃO, GUARDA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRÉDIO ESCOLAR ESTADUAL

De acordo com os objetivos do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o Atendimento do Ensino Fundamental, instituído pelo Decreto 51.673, de 19-03-2007, e nos termos da Resolução SEE nº _____ de _____, coloco à disposição do Município de _____, representado neste Ato pelo (a) Prefeito (a) Sr.(a) _____, RG - _____, UF: _____, o prédio escolar referente à Unidade Escolar Estadual de Ensino Fundamental transferida para a Rede Escolar do Município, a seguir identificada:

EE/EMEF - _____

Endereço: _____

Município: _____.

O compromitente declara expressamente ter ciência de ser a ocupação do prédio acima identificado, a título precário e gratuito, sem ônus para o Estado, para o fim específico do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o Atendimento do Ensino Fundamental, não podendo o mesmo ser cedido ou transferido no todo ou em parte, a terceiros, seja a que título for, sem o prévio e expresso consentimento da Secretaria de Estado da Educação.

O compromitente responsabiliza-se pelas despesas de manutenção e conservação, bem como pelo pagamento de taxas que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel.

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital de São Paulo (Juízo Privativo das Fazendas Públicas) para dirimir as questões dele decorrentes.

O presente Termo, que recebeu o nº ____/____ foi lavrado em 05 (cinco) vias de igual teor, as quais depois de lidas e achadas conformes, são assinadas pelas partes e pelas testemunhas presenciais, abaixo qualificadas.

Município _____ de ____ de _____ de ____.

Prefeito (a) Municipal Dirigente Regional de Ensino

Testemunhas: _____

Resolução, de 22-12-2018

Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6-7-1971, Deliberação CEE 165/2018, que “Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Quota Estadual do Salário - Educação - Ano de 2019”.

DELIBERAÇÃO CEE 165/2018

Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Quota Estadual do Salário - Educação - Ano de 2019

O Conselho Estadual de Educação, de acordo com o artigo 2º do Decreto-Lei 1.422/75 e com fundamento no Parecer CEE 491/2018, aprovado em Sessão Plenária, de 19-12-2018, Delibera:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Aplicação de Recursos da Quota Estadual do Salário Educação - para 2019, no valor de R\$ 2.667.083.785,00, nos termos do Parecer CEE 000/2018, que integra a presente Deliberação.

Artigo 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a presente Deliberação.

Sala “Carlos Pasquale”, em 19-12-2018.

Cons. Hubert Alquéres

Presidente

DELIBERAÇÃO CEE 165/18 - Publicada no D.O. de 20-12-2018 - Seção I - Página 41

PROCESSO SEE 1850207/2018

Interessada: Secretaria de Estado da Educação

Assunto: Plano de Aplicação de Recursos da Quota Estadual do Salário - Educação - QESE, para o Ano de 2019.

Relator: Conselheiro Hubert Alquéres

Parecer CEE 491/2018 CPL, Aprovado em 19-12-2018

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Secretário de Estado da Educação de São Paulo encaminha a este Colegiado, através do Ofício GS 4850/2018, o Plano de Aplicação dos Recursos da Quota Estadual do Salário-Educação (PTA-QESE) para o exercício de 2019, com o montante de R\$ 2.667.083.785,00. O plano apresenta as principais ações a serem realizadas pela Pasta por meio dos Recursos do Salário Educação, os quais encontram-se alocados no Plano Plurianual e na Proposta Orçamentária 2019.

1.2 Apreciação

1.2.1 Introdução

Nos últimos anos a análise do Plano de Aplicação dos Recursos da Quota Estadual do Salário-Educação (PTA-QESE) tem sido uma boa oportunidade para o Conselho Estadual de Educação rever os números do sistema de ensino de São Paulo, analisar as consequências das políticas educacionais ao longo do tempo e verificar qual o status das metas do Plano Estadual de Educação. O CEE também tem renovado algumas recomendações para os dirigentes da Secretaria de Estado e os das Secretarias Municipais de Educação. E é a ocasião onde são reforçadas algumas posições doutrinárias deste Colegiado.

Especificamente para o exercício de 2019 é preciso lembrar que, devido ao processo eleitoral de 2018, teremos nova gestão no Governo de São Paulo a partir de 1º de janeiro.

Nas palavras do saudoso conselheiro José Mário Pires Azano, “dizem que um dos males da educação brasileira é a descontinuidade da ação governamental, pois até mesmo no período de um único governo, essa descontinuidade introduz graves perturbações no quadro da educação: prioridades são abandonadas, iniciativas são alteradas, autoridades substituídas”. Azano dá uma expectativa positiva a este quadro ao afirmar que “essa descontinuidade, que parece inerente ao nosso quadro político-administrativo, poderá ser grandemente atenuada nos seus efeitos por uma atuação perseverante do Conselho Estadual de Educação no sentido de fixar posições doutrinárias sobre as principais questões educacionais”. Daí “o Conselho poderia criar condições de maior estabilidade de ação governamental sem criar embaraços ao compreensível impulso de inovação que acompanha as mudanças da cúpula administrativa”. Claro que essas posições doutrinárias devem “refletir os superiores interesses da educação”, ou seja, o Conselho deve “fixar posições claras que expressem as diretrizes fundamentais de uma política educacional para o Estado, levando em conta não apenas a realidade educacional presente como também as perspectivas de sua melhoria a médio e longo prazo”.

Justamente nesta perspectiva, e na era da quarta revolução industrial em que teremos de formar os jovens para profissões e

uso de tecnologias hoje inexistentes, se faz necessária uma política educacional sintonizada com um mundo em profunda transformação. O papel da escola passa a ser ainda mais fundamental neste “mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo”, para usar uma definição do Plano Educação 2030 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento.

Nestas condições, é dever do Estado fornecer uma educação sustentável, que invista no protagonismo do estudante, em sua capacidade de se relacionar com empatia e argumentar com boas referências culturais. A educação do século 21 terá de combinar o forte conteúdo disciplinar com habilidades socioemocionais que farão a diferença para o jovem moldar seu mundo. É preciso dotar o aluno de resiliência, autonomia, senso de responsabilidade, curiosidade, autorregulação, liderança por influência, pensamento crítico, imaginação, espírito cooperativo.

Para se atingir estes objetivos, foi aprovado no Congresso Nacional a reforma do ensino médio que define avanços importantes como a interdisciplinaridade por áreas ou a criação de itinerários que os jovens podem percorrer para completar sua formação. Também foram dados passos decisivos na definição de uma Base Nacional Curricular Comum para os ensinos infantil, fundamental e médio.

Nada disso é possível sem recursos e um necessário planejamento. O financiamento da educação, portanto, é um tema essencial e impacta diretamente nas questões fundamentais para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Além disto, à medida que se consolidam avanços, ficam mais evidentes desigualdades sociais e regionais que precisam ser reduzidas, o que implica no estabelecimento de prioridades específicas ao se definir o orçamento do Estado.

Todos estes desafios educacionais devem levar ao estabelecimento de políticas públicas eficazes, além da manutenção daquelas que vêm dando resultados positivos, que se traduzem em serviços de qualidade e instrumento de desenvolvimento e combate às desigualdades.

Dentro desta reflexão, além de algumas ações em curso, é importante levar em conta o tamanho da rede de ensino de São Paulo, os resultados já alcançados e onde pretendemos chegar conforme as metas estabelecidas nos Planos Nacional e Estadual da educação.

Isto posto, parece ser um bom momento para atualizar e refletir sobre este conjunto de temas.

1.2.2 A Rede de Ensino de São Paulo

A rede pública de ensino em São Paulo possui 7,5 milhões de alunos na educação básica. Só na rede estadual estudam 3,6 milhões de alunos acompanhados por 245 mil professores e funcionários de apoio em quase 5 mil e setecentos prédios. A tabela abaixo mostra a distribuição da matrícula:

Matrícula Inicial – Censo da Educação Básica 2017				Rede Estadual			Rede Municipal			Total das Redes	
				Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total		
Ensino Regular	Educação Infantil	Creche	Parcial	152	1	153	135.810	1.696	137.506	137.659	
			Integral	720	47	767	420.254	3.802	424.056	424.823	
		Pré-escola	Parcial	78	66	144	753.374	16.206	769.580	769.724	
			Integral	283	0	283	101.379	1.875	103.254	103.537	
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Parcial	558.310	4.015	562.325	1.469.910	42.266	1.512.176	2.074.501	
			Integral	45.894	1.004	46.898	206.944	10.467	217.411	264.309	
		Anos Finais	Parcial	1.143.194	17.688	1.160.882	445.293	8.160	453.453	1.614.335	
			Integral	117.414	2.275	119.689	35.598	2.390	37.988	157.677	
	Ensino Médio			Parcial	1.372.123	16.440	1.388.563	21.284	177	21.461	1.410.024
			Integral	91.383	4.789	96.172	87	0	87	96.259	
EJA presencial	Fundamental			29.790	7.244	37.034	119.954	309	120.263	157.297	
	Médio			166.725	4.442	171.167	5.708	0	5.708	176.875	
Educação Especial	Educação Infantil	Creche	Parcial	1	0	1	926	20	946	947	
			Integral	2	0	2	1.693	16	1.709	1.711	
		Pré-escola	Parcial	0	0	0	8.510	122	8.632	8.632	
			Integral	0	0	0	840	15	855	855	
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Parcial	8.143	66	8.209	38.419	821	39.240	47.449	
			Integral	640	10	650	3.207	166	3.373	4.023	
		Anos Finais	Parcial	25.871	480	26.351	14.140	237	14.377	40.728	
			Integral	2.285	47	2.332	656	70	726	3.058	
	Ensino Médio			Parcial	21.143	336	21.479	279	1	280	21.759
			Integral	795	24	819	0	0	0	819	
EJA presencial	Fundamental			804	44	848	4.501	7	4.508	5.356	
	Médio			1.709	13	1.722	80	0	80	1.802	
Total				3.587.459	59.031	3.646.490	3.788.846	88.823	3.877.669	7.524.159	

Fonte: MEC/INEP-Censo da Educação Básica 2017 _ Data Base: DOU em 21/12/2017

A Tabela a seguir mostra o total de servidores no QM (quadro do magistério, inclui diretores, supervisores e coordenadores pedagógicos), QAE (quadro de apoio escolar - que atuam nas escolas) e o QSE (que atuam nos órgãos da administração como Diretorias Regionais de Ensino e coordenadorias) na rede estadual de ensino.

	Número	%
2.018		
QM	201.367	81,9
QAE	39.582	16,1
QSE	4.816	2,0
Total	245.765	100

Tabela 01

Fonte: Relatório de pagamento emitido pela PRODESP/Secretaria da Fazenda

Data Base: Maio18

A distribuição dos professores por nível/segmento de ensino é mostrada abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES POR NÍVEL/SEGMENTO DE ENSINO E SITUAÇÃO FUNCIONAL									
Maio / 2018									
Segmento de Ensino	Efetivo		Estável		Temporário		Total		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Anos Iniciais	16.982	49,8	7.457	21,9	9.647	28,3	34.086	100	
Anos Finais	27.093	67,6	7.209	18,0	5.757	14,4	40.059	100	
Ensino Médio	28.648	67,0	7.095	16,6	7.038	16,5	42.781	100	
Anos iniciais e Finais	984	65,2	334	22,1	191	12,7	1.509	100	
Anos Iniciais e E.M.	303	59,1	128	25,0	82	16,0	513	100	
Anos Finais e E.M.	27.491	72,2	5.582	14,7	5.023	13,2	38.096	100	
Anos iniciais, Finais e E.M.	675	54,1	340	27,2	233	18,7	1.248	100	
Total	102.176	64,5	28.145	17,8	27.971	17,7	158.292	100	
Obs.: Cada RG DI é computado uma única vez no grau de atuação; estão excluídos: Readaptados e Docentes sem atribuição de Aulas; estão incluídos docentes com motivos de afastamentos (inclusive para Municípios) e licenças.									
Estáveis: F= Adm. Lei 500/74 até 02/06/07									